



# Anais da Assembléia

Nº 143

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE DEZEMBRO DE 1982

ANO VIII

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 1982

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valtér Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58) :

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE :

#### Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173 e 174/82, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os seguintes números:

**81/82:** Do Senhor Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Centenário do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 7.674. — **Anote-se. Arquivo-se.**

**119/82:** Do Senhor Deputado JOÃO MANSUR, que autoriza o Poder Executivo doar para a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Visuais, um imóvel situado no lugar denominado Santo Antônio do Tarumã, Município de Curitiba, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.675. — **Anote-se. Arquivo-se.**

**126/82:** Do PODER EXECUTIVO, proposta orçamentária que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Paraná, para o exercício de 1983, o qual convertido em Lei tomou o número 7.676. — **Anote-se. Arquivo-se.**

**117/82:** Do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre a concessão anual de auxílio ao Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense, na Lei de Meios, na importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), com as providências que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.677. — **Anote-se. Arquivo-se.**

**109/82:** Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo alienar à Prefeitura Municipal de Curitiba, área de terreno de propriedade do Estado, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.678. — **Anote-se. Arquivo-se.**

**121/82:** Do PODER EXECUTIVO, que doa ao Município de Guaraniáçu, um lote urbano, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.679. — **Anote-se. Arquivo-se.**

**108/82:** Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo permutar área de terreno no Município de Ivaiporã, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.680. — **Anote-se. Arquivo-se.**

**107/82:** Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de CERRO AZUL, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.681. — **Anote-se. Arquivo-se.**

**93/82:** Do PODER EXECUTIVO, que doa área de terreno que especifica, do Estado do Paraná, ao Município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o número 7.682. — **Anote-se. Arquivo-se.**

**61/82:** Do PODER EXECUTIVO, que cria no Departamento de Trânsito, cargos de provimento em Comissões conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.683. — **Anote-se. Arquivo-se.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, a Presidência consulta às Lideranças do PMDB, PTB e PDS, se desejam fazer uso do horário que lhes é reservado. — **(Declinam).**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 134/82, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre a fixação da remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa, para a próxima Legislatura e dá outras providências. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 134/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE :

Art. 1.º — Os Deputados à Assembléia Legislativa do Estado perceberão, na próxima Legislatura, como remuneração,

2/3 (dois terços) do que percebem, ao mesmo título, os Deputados Federais.

Parágrafo único — A remuneração, tanto a parte fixa, como a variável, será paga mensalmente.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1982.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO SGUAREZI — 2.º Secretário

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 134/82

A matéria constante do presente projeto deriva de imperativo constitucional estabelecido no art. 13, que determina a fixação da remuneração para a legislatura seguinte.

No tocante aos limites e vínculos, a iniciativa atende ao prescrito na Emenda n.º 21, à Constituição Federal.

Em face do exposto, segundo a competência desta Comissão, cumpre concluir pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 135/82, (Mensagem n.º 159/82, ex-Proposição n.º 139/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 136/82, (Mensagem n.º 160/82, ex-Proposição n.º 140/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Aruna, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 137/82, (Mensagem n.º 161/82, ex-Proposição n.º 141/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 138/82, (Mensagem n.º 162/82, ex-Proposição n.º 142/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e, respectivamente os Municípios de Faxinal e Ortigueira, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 139/82, (Men-

sagem n.º 163/82, ex-Proposição n.º 143/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 140/82, (Mensagem n.º 164/82, ex-Proposição n.º 144/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e os municípios aqui nominados, que objetiva a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 141/82, (Mensagem n.º 165/82, ex-Proposição n.º 145/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Paraíso do Norte, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 142/82, (Mensagem n.º 166/82, ex-Proposição n.º 146/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e o Município de Siqueira Campos, objetivando procedimentos conjuntos no sentido da melhoria do aeroporto do referido município. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 143/82, (Mensagem n.º 168/82, ex-Proposição n.º 147/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios SEPL/16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Guaíra, objetivando o repasse de recursos financeiros ao referido município, para execução das obras que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 144/82, (Mensagem n.º 169/82, ex-Proposição n.º 148/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Grandes Rios e Londrina, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 145/82, (Mensagem n.º 170/82, ex-Proposição n.º 149/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa

Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 146/82, (Mensagem n.º 172/82, ex-Proposição n.º 151/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Interior e o Município de Tapejara, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 147/82, (Mensagem n.º 173/82, ex-Proposição n.º 152/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, com objetivos mencionados. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 148/82, (Mensagem n.º 174/82, ex-Proposição n.º 153/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios aqui mencionados, objetivando a realização de feiras agropecuárias, outros eventos assemelhados, bem como execução de programas especiais no setor agrícola. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 149/82, (Mensagem n.º 175/82, ex-Proposição n.º 154/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e os municípios aqui nominados, objetivando a realização de feiras agropecuárias, outros eventos assemelhados bem como a execução de programas especiais no setor agrícola. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 150/82, (Mensagem n.º 176/82, ex-Proposição n.º 155/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Curitiba, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 151/82, (Mensagem n.º 177/82, ex-Proposição n.º 156/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Ribeirão Claro, objetivando a execução de Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 152/82, (Mensagem n.º 179/82, ex-Proposição n.º 157/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e

o Município de Itambaracá, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 153/82, (Mensagem n.º 180/82, ex-Proposição n.º 158/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Agudos do Sul, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 154/82, (Mensagem n.º 181/82, ex-Proposição n.º 159/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios especificados e que objetiva a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 155/82, (Mensagem n.º 182/82, ex-Proposição n.º 160/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios aqui nominados, a termos de Cooperação Técnica e Financeira, para execução do PROSAFRAS — celebrados com os municípios aqui citados. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 156/82, (Mensagem n.º 183/82, ex-Proposição n.º 162/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Paranacity, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 157/82, (Mensagem n.º 184/82, ex-Proposição n.º 163/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e a coparticipação em estudos e pesquisas de transportes no Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 158/82, (Mensagem n.º 190/82, ex-Proposição n.º 164/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Uniflor, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 159/82, (Mensagem n.º 185/82, ex-Proposição n.º 165/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Guaíra e União da Vitória, tendo como interveniente o Departamento de Trânsito, objetivando harmonização das diretrizes de serviços de trânsito, com estudos de planejamento urbano nos referidos municípios. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 160/82, (Mensagem n.º 186/82, ex-Proposição n.º 166/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando assegurar a continuidade do Programa de Migrações Internas, no Estado, de acordo com as diretrizes definidas pela E.M. n.º 004/82. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 161/82, (Mensagem n.º 187/82, ex-Proposição n.º 167/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de cooperação técnica e financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Tibagi, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 162/82, (Mensagem n.º 189/82, ex-Proposição n.º 168/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 163/82, (Mensagem n.º 188/82, ex-Proposição n.º 169/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Nova Cantu, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 156/82), que autoriza abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$..... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com ampliação das dependências do prédio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 142/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) ao vigente Orçamento Próprio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana e destinado à cobertura de despesas com obras e instalações.

Art. 2.º — Servirão como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior qualquer das formas estabelecidas no § 1.º, do Art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1982.

(a) PODER EXECUTIVO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 142/82

PARECER

Objetiva o presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 156/82, autorizar a abertura de crédito especial, no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com ampliação das dependências do prédio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Dos termos da justificativa, vê-se a oportunidade da medida proposta que consulta plenamente aos superiores interesses da Administração Pública.

O processo está de acordo com as exigências legais e regimentais, inexistindo óbices de ordem constitucional à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;

GABRIEL SAMPAIO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 171/82), que estende aos Policiais Militares inativos durante a vigência da Lei 7.343, as disposições dos arts. 1.º e 3.º da Lei 7.637, e aos reformados ou transferidos para a reserva remunerada, assegura situação que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 150/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA.

Art. 1.º — Aplicam-se aos Policiais Militares inativados na vigência da Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro de 1980, as disposições dos arts. 1.º e 3.º, da Lei n.º 7.637, de 10 de setembro de 1982.

Art. 2.º — A gratificação de que trata o § 1.º, do Art. 2.º, da Lei n.º 7.434/80, será paga ao Policial Militar inativado até 31 de dezembro de 1980 e não beneficiado com a gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida, na forma abaixo:

I - 45% (quarenta e cinco por cento) da Gratificação Policial Militar Especial, calculado com base nos correspondentes postos da ativa, para os Oficiais Superiores,

II - 35% (trinta e cinco por cento) da Gratificação Policial Militar Especial, calculado com base nos correspondentes postos da ativa, para os Oficiais Intermediários e Subalternos,

III - 20% (vinte por cento) da Gratificação Policial Militar Especial, calculado com base nas correspondentes graduações da ativa, para as Praças Especiais, Subtenentes e Sargentos.

Parágrafo Único. Fica assegurado ao Policial Militar inativado anteriormente à vigência da Lei n.º 7.434/80, beneficiado com a gratificação pelo exercício de função com risco de vida, a melhor situação entre a decorrente deste artigo e a anteriormente existente.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1982.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 150/82

PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 171/82, objetiva o presente plano de lei estender aos Policiais Militares inativos, durante a vigência da Lei n.º 7.343, as disposições dos artigos 1.º e 3.º, da Lei n.º 7.637, e aos reformados ou transferidos para a reserva remunerada assegura situação que especifica.

Vê-se dos termos da Mensagem em epígrafe que a medida se embasa em princípios de elevado alcance social e mesmo de justiça administrativa.

O processo preenche os requisitos legais, estando de acordo com as normas regimentais, inexistindo óbices de ordem constitucional à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Dado o exposto, opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N.º 150/82

PARECER

É submetido ao crivo desta Comissão de Finanças, após apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei n.º 150/82, encaminhado a esta Casa através Mensagem Governamental n.º 193/82, que visa estender aos Policiais Militares inativos, as disposições legais contidas nos artigos 1.º e 3.º da Lei n.º 7.637, além de prever outras providências.

No que respeita à competência desta Comissão de Finanças, o exame do processo nos confere a certeza da correção da medida, motivo pelo qual, opinamos de forma favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de dezembro de 1982.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — Presidente,

LINEU TURRA — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 178/82), que estabelece sanções pelas infringências à Lei n.º 7.389, de 12 de novembro de 1980, que estabelece áreas e locais considerados de especial interesse turístico. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 151/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É acrescentado ao artigo 2.º, da Lei n.º 7.389, de 12 de novembro de 1980, o seguinte parágrafo único:

“Art. 2.º — ...

Parágrafo único. A inobservância das condições baixadas, nos termos deste artigo, sujeitará o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo de outras estabelecidas em legislação pertinente:

I — advertência, com prazo de 60 (sessenta) dias para regularização, nos casos de primeira infração;

II — multa de 1 (um) a 100 (cem) vezes o valor de referência aplicável na região, por dia, tendo em vista a gravidade da infração, se não for efetuada a regularização, dentro do prazo estabelecido no item anterior;

III — embargo e/ou demolição.”

Art. 2.º — As normas administrativas necessárias ao cumprimento desta Lei e da Lei n.º 7.389, de 12 de novembro

de 1980, assim como a destinação do produto da multa estabelecida pelo artigo anterior, serão especificadas através decreto a ser baixado pelo Poder Executivo.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1982.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 151/82

PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 178/82, objetiva o presente plano de lei estabelecer sanções pelas infringências à Lei n.º 7.389, de 12 de novembro de 1980, que estabelece áreas e locais considerados de especial interesse turístico.

Dos termos da justificativa, depreendem-se as razões de ordem pública bem como a oportunidade e necessidade da medida.

Encontra-se o processo em conformidade com as normas regimentais, inexistindo, de outra parte, óbices de ordem constitucional à tramitação normal pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente,

WERNER WANDERER, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 193/82), que autoriza o Poder Executivo a, mediante decreto e observadas as limitações orçamentárias, fixar, composição de vencimentos dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 153/82.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Por ocasião do reajuste de vencimentos a ser atribuído ao funcionalismo civil e militar do Estado em 1.º de janeiro de 1983, o Poder Executivo fica autorizado a, mediante Decreto e observadas as limitações orçamentárias, fixar o vencimento inicial dos integrantes do nível PA-1 do Quadro Próprio do Magistério no valor equivalente a 2,2 (dois vírgula dois) salários-mínimos vigentes no Estado, na referida data.

Art. 2.º — Na mesma ocasião e observadas as mesmas condições referidas no artigo anterior, fica também o Poder Executivo autorizado a restabelecer as diferenças percentuais entre os vencimentos dos diversos níveis da carreira do magistério, fixadas na Tabela VII, do Anexo I, da Lei n.º 7.540, de 08 de dezembro de 1981.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1982.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 153/82

Tem o presente plano de lei origem na Mensagem Governamental n.º 193/82 que objetiva autorizar o Poder Executivo a fixar, a partir de 1.º de janeiro de 1983, mediante decreto, os vencimentos iniciais dos integrantes do nível PA-1, do Quadro Próprio do Magistério, conforme especifica.

Depreende-se dos termos da justificativa, a oportunidade, necessidade e justiça da proposição ora apresentada.

Preenchidos os requisitos legais e obedecidas as normas

regimentais, está o processo imune de falhas ou omissões, inexistindo óbices de ordem constitucional que possam impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente,  
ADALBERTO DAROS — Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 153/82

O projeto de lei ora examinado, origina-se de Mensagem Governamental e visa autorizar o Poder Executivo, a mediante Decreto e com observação das limitações orçamentárias, fixar vencimentos e vantagens dos integrantes do quadro próprio do Magistério.

Examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, logrou obter opinião favorável.

No que se refere à competência desta Comissão de Finanças está em perfeita consonância com os ditames que regem a política Econômico-Financeira do Estado, revestindo-se de respaldo orçamentário para sua consecução.

Assim, opinamos de maneira favorável à sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de dezembro de 1982.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — Presidente;  
LINEU TURRA — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do PROJETO DE Lei n.º 154/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 194/82), que altera parcialmente a Lei n.º 5.464 (Lei Orgânica do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis), adaptando-se às modificações introduzidas no Código de Processo Civil, através da Lei Federal n.º 7.019, de 31 de agosto de 1982. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 154/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Ficam acrescidos ao Artigo 13, da Lei n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966, os seguintes parágrafos:

“§ 3.º — Quando inexistir sentença homologatória de cálculo e o inventário for processado sob a forma de arrolamento, o imposto será lançado e pago no local, prazo e forma estabelecidos em norma complementar que será expedida nos termos do Art. 52, Inciso II da Constituição do Estado do Paraná.”

§ 4.º — Os procedimentos administrativos concernentes à avaliação, que serão disciplinados em norma complementar, tendentes a apurar a base de cálculo do ITBI, quando não for aceita a estimativa de valor declarada pelo contribuinte, interromperão a fluência do prazo regulamentar de pagamento, reiniciando-se a sua contagem a partir da notificação” ;

Art. 2.º — O Artigo 19, da Lei n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 19 — O imposto é acrescido da multa moratória de 20% (vinte por cento) quando não for pago nos prazos regulamentares.”

Art. 3.º — O Artigo 21, a Lei n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 21 — O procedimento relativo ao lançamento de ofício, será estabelecido em norma complementar, observando-se, no que couber, o rito do processo administrativo-fiscal de instrução contraditória previsto na Lei Orgânica do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias.”

Art. 4.º — O Artigo 22, da Lei n.º 5.464, de 31 de de-

zembro de 1966, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 22 — Aplica-se ao imposto de transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos a atualização monetária e o juro de mora, não capitalizável, de 1% (um por cento) ao mês ou sua fração.

§ 1.º — Serão observados em relação ao ITBI os mesmos coeficientes utilizados para a atualização monetária do imposto a que se refere o Inciso II, do Artigo 23 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2.º — Considerar-se-á termo inicial para o cálculo da correção monetária e dos juros de mora o mês subsequente ao em que expirar o prazo de pagamento.

§ 3.º — Tratando-se de transmissões “causa mortis” a base de cálculo prevista no Art. 10 poderá ser monetariamente atualizada na ocasião do pagamento do ITBI (Art. 97, § 2.º do Código Tributário Nacional), em substituição ao critério corrente de estipulação do valor venal ao tempo da avaliação.

§ 4.º — Tomar-se-á para base de cálculo das multas o valor do imposto monetariamente corrigido.”

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Ficam revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1982.

(a) PODER EXECUTIVO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 154/82

Provém o presente plano de lei da Mensagem Governamental n.º 194/82 e visa alterar parcialmente a Lei n.º 5.464, de 31/12/1966 (Lei Orgânica do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) a fim de adaptá-la às modificações introduzidas no Código de Processo Civil através da Lei Federal n.º 7.019, de 31 de agosto de 1982.

Dos termos da Mensagem em epígrafe, vê-se a necessidade e oportunidade de que se reveste a medida.

Estão preenchidos os requisitos legais, adequado o processo às normas regimentais e imune de qualquer vício de ordem constitucional, estando, dessa forma, em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais condições, somos favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente;  
ADALBERTO DAROS — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 192/82), que majora os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo Estadual. Com Pareceres FAVORÁVEIS E EMENDAS DA C.C.J., e da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

(Publicado no D.A. de 20.12.82, número 139) :

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 152/82

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 192/82, objetiva o presente plano de lei majorar, a partir de 1.º de janeiro de 1983, os vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e funções gartificadas do Funcionalismo Público Estadual.

O processo, obediente às normas regimentais, preenche também os requisitos legais, inexistindo óbices de ordem constitucional à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Justificando a medida proposta, a Mensagem esclarece que o percentual atribuído ao funcionalismo público está colocado em razão das possibilidades dos Cofres Públicos.

Em nosso entender, tal Mensagem deveria propor, ao

menos, um percentual capaz de propiciar uma reposição real da desvalorização da moeda que, no País, ascende a índices bem superiores ao apresentado.

Dentro desse objetivo é que opinamos favoravelmente ao projeto, com as emendas apensas, apresentadas pela valorosa Bancada do PDS.

Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente;

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 152/82

O projeto de lei ora sob exame, origina-se de mensagem do Governo do Estado, e intenciona majorar, a partir de 1.º de janeiro de 1983, os vencimentos do funcionalismo público, além de outras vantagens especificadas em seu contexto.

Quando de sua apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça recebe 7 (sete) emendas aditivas, as quais não desnaturam o plano de lei, pois, bem ao contrário, enriquecem seu conteúdo, ajustando-as às reais necessidades da classe por ele abrangida.

Sob o aspecto específico de opinião desta Comissão, nada existe que possa obstaculizar seu prosseguimento ou sua consequente apreciação, visto que se ajusta, perfeitamente à política econômico-financeira estadual e encontra amparo orçamentário.

Por tudo isso, opinamos favoravelmente à sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de dezembro de 1982.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — Presidente;

WERNER WANDERER — Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário das Finanças do Estado, para prestar esclarecimentos sobre a Mensagem Governamental n.º 192/82 - Projeto de Lei n.º 152/82, que trata do reajuste de vencimentos dos servidores civis e militares do Estado.— Em discussão.— Encerrada a discussão.— Em votação.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

5 Srs. Deputados o aprovam; 9 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 134 e 163/82.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 142, 150, 151, 153, 154 e 152/82.

Levanta-se a sessão.